

**Intervenção proferida pelo Deputado
Cláudio Lopes no Período legislativo de
Fevereiro de 2009.**

QUE PODER LOCAL PARA O SÉC.XXI?!

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

O desenvolvimento e o progresso verificados, desde 1976, na nossa Região, devem às autarquias muitas das suas páginas mais douradas e para o futuro voltam a convocar o Poder Local para um papel decisivo e determinante.

Em ano que encerra mais um mandato autárquico, e em que teremos eleições para um novo mandato, o décimo do nosso regime autonómico e democrático, aproveito este momento, para, desta Câmara, saudar todos os autarcas em exercício e todos os que ao longo destes anos, nos diversos órgãos do Poder Local e de Santa Maria ao Corvo, deram o melhor no desempenho das suas nobres funções para servir as populações dos nossos Concelhos, das nossas Freguesias e dos diversos lugares mais isolados das nossas ilhas.

Aproveito a mesma oportunidade para deixar uma palavra de encorajamento e de bom sucesso a todos os que no próximo acto eleitoral estarão disponíveis para o desempenho de tão nobres tarefas.

Novos tempos oferecem-nos novos desafios. E para novos desafios devem apresentar-se novas soluções. Por isso se espera, também, uma nova atitude do Poder Local, face aos novos desafios deste século XXI.

O Poder Local terá de reposicionar-se num novo contexto social, cultural e económico, e passar a ter uma visão de desenvolvimento mais integrado, da ilha e da Região, rompendo gradualmente com a visão estreita de um espaço de intervenção que vá apenas até ao limite geográfico das fronteiras do Concelho e/ou da Freguesia.

Os novos tempos reclamam mais visão estratégica, agora mais do que nunca. Seremos porventura levados a admitir que o mais difícil está para vir. Muito já foi feito, todavia há ainda muito a fazer.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Os tempos actuais são de grandes dificuldades para todos.

A crise, que de financeira passou a económica e vai, certamente, trazer como consequência crises sociais, não passa ao largo das nossas ilhas, das nossas famílias, dos cidadãos açorianos. Poderá não ter um

impacto tão profundo como noutras paragens do País, da Europa ou do Mundo. Mas que deverá colocar de alerta os nossos Governos, Regional e Local, parece uma inevitabilidade e um imperativo moral e político.

O facto é que os Governos reconhecendo já alguns contornos da crise ou precavendo alguns dos seus efeitos mais nefastos, apressam-se a implementar um conjunto de medidas urgentes e de excepção para atenuar esses possíveis efeitos.

E se isso é verdade em relação ao Poder Regional é igualmente verdadeiro em relação ao Poder Local da Região. Basta estar atento às notícias que vão por aí circulando, para perceber que as Câmaras Municipais, intensificam já as suas políticas de carácter social, nas mais diversas modalidades e quadros de intervenção municipal.

Essas políticas vão desde apoios a famílias mais carenciadas no domínio da habitação, redução de tarifas, taxas municipais e do IMI, na atribuição de bolsas de estudo, na criação por exemplo do cartão jovem com descontos em vários serviços prestados pelos Municípios, no cartão para idosos ou para aglomerados mais numerosos e outras medidas similares. No fundo, o aprofundamento de uma política social municipal que há já vários anos vem sendo prosseguida pelos Municípios mas que agora tende a generalizar-se e a intensificar-se.

Ao contrário de outros, não confundimos o plano de intervenção municipal com a actuação regional, nem analisamos a quantidade e qualidade das medidas que um Poder e outro estão a implementar

como se de uma competição se tratasse. Na luta política preocupamo-nos com o bem-estar das populações.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Neste tempo de dificuldades, os cidadãos esperam também, dos seus Governos, maior solidariedade e mais união.

E se o fim último que os Poderes públicos pretendem é o mesmo, isto é, o desenvolvimento sustentado dos Açores e o bem-estar de todos os açorianos, então não há mais espaço de compreensão para que os Poderes Regional e Local, respeitando a sua autonomia e competências próprias, passem mais tempo de costas voltadas, devendo sim convocar todas as energias e reunir todas as sinergias para trabalhar em prol do bem comum e de um desenvolvimento sustentado e equilibrado.

As palavras-chave são: **descentralização** e **subsidiariedade**.

Isto é, interacção entre os Poderes, de forma bilateral, num exercício de cooperação e colaboração, em que os Poderes mais poderosos devem ajudar os que menos meios têm, e transferir para estes tarefas que os mesmos possam realizar com maior eficiência, eficácia, racionalidade e celeridade.

Mas a subsidiariedade não pode começar em Bruxelas e terminar no Terreiro do Paço ou no Palácio de Santana. Tem de descer ao mais baixo patamar da Administração e do Poder instituído, às Câmaras Municipais e às Freguesias, até porque é neste patamar que chegam todos os dias e de forma mais directa e premente, os anseios das populações.

Exige-se portanto aos governantes, no Poder Regional ou no Local, que não se deixem contagiar por vaidades e egocentrismos inúteis e que não façam da intriga político-partidária a forma de relacionamento institucional.

Deixemo-nos de protagonismos individualistas e inconsequentes e demos sim espaço e condições à **parceria** e à visão de conjunto no desenvolvimento global e integrado de que precisamos, para convergirmos mais depressa com o País e com a Europa.

A experiência destes últimos anos não tem sido, lamentavelmente, a mais feliz em muitas ocasiões e em muitos casos concretos. Não afirmo aqui que a culpa estará apenas de um dos lados. O que se espera, ao fim e ao cabo, é de quem pode mais que seja solidário com quem pode menos. E isso nem sempre tem acontecido.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Fico, cautelosamente, entusiasmado com uma, parece que, renovada vontade deste novo Governo Regional em encontrar no Poder Local um parceiro privilegiado para trabalhar em complementaridade no desenvolvimento regional.

Aqui recordo as palavras do Senhor Presidente do Governo na tomada de posse do X Governo Regional: “ **reforçaremos a cooperação técnica e financeira com as autarquias nos seus novos mandatos, apoiando-as no quadro de delimitação de competências estabelecido e da Lei de Finanças Locais, com total transparência e observância da neutralidade partidária” (fim de citação).**

É uma vontade que se renova no discurso e que todos esperamos se comprove realmente na acção.

Essa importante parceria deve, em nossa opinião, assentar na contratualização de transferências de competências, baseadas em 3 princípios:

- a) **Na clareza.** É necessário que fique claro a quem compete fazer o quê?
- b) **Na suficiência da transferência dos meios** necessários para a concretização dessas competências
- c) **Na eficácia.** Isto é, com a mesma despesa pública fazer mais e melhor.

A relação entre os Poderes tem de ser de confiança e não ao contrário! Tem de haver diálogo e concertação entre os Governos Regional e Local! Tem de haver partilha de responsabilidades e complementaridade na acção! E isso será tão mais eficaz quanto mais exigentes e rigorosos forem os termos e as condições em que essas relações se estabelecem. Não faz sentido algum que estas relações se estabeleçam por critérios de simpatia política ou dependam do humor momentâneo de um qualquer governante.

Estamos no início da execução de mais um Quadro Comunitário de apoio. Um quadro financeiro ainda bastante generoso para a nossa Região. São 1.538 milhões de euros que a Região vai receber até 2013. Aos 19 Municípios da Região o Governo destinou apenas uma pequena fatia deste bolo, igual a 191 milhões de euros (12,4%) do total. Isto é manifestamente pouco para quem tem tantos desafios e compromissos a concretizar. É verdade que o Poder Local tem revelado ao longo deste anos e dos anteriores quadros comunitários de apoio ser um excelente executor, mas não se lhe pode é pedir milagres.

Nesta repartição de fundos esperava-se uma atitude mais respeitadora, mais justa e mais solidária do Governo para com os Municípios. Já aqui o denunciámos em devido tempo e hoje aqui o relembramos.

Mas os próximos 4 anos serão os anos fulcrais da utilização dos fundos do QRESA, e se houver expressa vontade política é sempre tempo de emendar a mão e de rever certas decisões.

Esperamos então que finalmente nos próximos tempos e a começar desde já, o Governo Regional experimente uma nova, diferente e melhor plataforma de relacionamento institucional com as autarquias da Região, sem afeições de carácter político-partidário nem de outra qualquer habilidade política, mas uma relação de justiça e equidade, no mais íntimo respeito por quem foi legitimamente eleito por vontade popular.

Como dizia, há um século atrás, Rodrigues Sampaio:

“ se não podemos fundar a cidade de Deus, nem povoar a ilha da utopia, poderemos ao menos dar um passo no caminho do progresso e preparar-nos para um futuro melhor...”.

Disse.